

Clandestinidade e resistência em *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski

Clandestinity and Resistance in K.: relato de uma busca, by Bernardo Kucinski

Arnon Tragino*

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - Fapes

64

Fabíola Simão Padilha Trefzger*

Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

RESUMO: Em *K.: relato de uma busca*, Bernardo Kucinski (2016) constrói uma narrativa autoficcional microscópica sobre a procura de um pai pela filha “desaparecida” durante a ditadura militar brasileira. A descrição visceral da ausência de respostas costura a trama para expor ao leitor um ambiente movediço em que é imperativo para o protagonista desconfiar das pistas encontradas. O artigo explora a resistência e a clandestinidade aí circunscritas: as ações da filha e do pai se chocam com o trabalho de apagamento da verdade pela ditadura. Teoricamente, são abordadas noções atinentes à resistência ao sistema repressivo, a partir de Konrad (2013); ao ato clandestino de oposição, pensado por Scarpelli (2009); e à questão da perda após o desaparecimento da esperança, por Figueiredo (2017). Observa-se, assim, que a morte na ficção incita a reescrita da história por meio de um conflituoso e doloroso resgate da memória.

PALAVRAS-CHAVE: *K.: relato de uma busca*. Bernardo Kucinski. Clandestinidade. Resistência.

* Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista da Fapes.

* Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

ABSTRACT: In *K.: relato de uma busca*, Bernardo Kucinski (2016) constructs a microcosmic autofictional narrative about a father's search for his daughter, who "disappeared" during the Brazilian military dictatorship. The visceral description of the absence of answers sews the plot to expose to the reader a moving environment in which it is imperative for the protagonist to distrust the clues found. The article explores the resistance and clandestinity there circumscribed: the actions of the daughter and of the father clashed with the work of erasing the truth by the dictatorship. Theoretically, notions regarding resistance to the repressive system are addressed, based on Konrad (2013); to the clandestine act of opposition, thought by Scarpelli (2009); and to the question of loss after the disappearance of hope, by Figueiredo (2017). It is thus observed that death in fiction incites the rewriting of history through a conflictive and painful rescue of memory.

KEYWORDS: *K.: relato de uma busca*. Bernardo Kucinski. Clandestinity. Resistance.

Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiador urbano,
ó surdo-mudo, depositário de meus desfalecimentos, abre-te e conta,
moça presa na memória, velho aleijado, baratas dos arquivos,
[portas rangentes, solidão e asco,
pessoas e coisas enigmáticas, contai;
capa de poeira dos pianos desmantelados, contai;
velhos selos do imperador, aparelhos de porcelana partidos, contai;
ossos na rua, fragmentos de jornal, colchetes no chão da costureira, luto no braço,
[pombas, cães errantes, animais caçados, contai.
Tudo tão difícil depois que vos calastes...
E muitos de vós nunca se abriram.

É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.

Carlos Drummond de Andrade

É possível fazer alguma correlação entre o trecho do poema "Nosso tempo", em *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade (2015, p. 114), e *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski: nos versos de Drummond, os elementos poéticos são privados de falar, são destituídos de suas memórias ao mesmo tempo em que são colocados como objetos sem utilidade, daí o eu lírico lamentar seus silêncios e solicitar uma mudança de postura com o verbo "contai", pedindo um relato, mesmo que clandestinamente, em meio ao contexto fechado de murmúrio. É instigante, em outra esfera, ver que a

narrativa de *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, transborda uma vontade de dizer sobre um desaparecimento: K., protagonista da história, imigrante judeu e polonês, após construir uma nova vida no Brasil, se depara com a ausência angustiante da filha, Ana Rosa Kucinski, professora de química da Universidade de São Paulo (USP). O cenário é o período da ditadura militar brasileira, momento que muito corroe estruturas familiares pelas perseguições aos opositores do regime e pelos “sumiços” de seus corpos, após atrozes sessões de tortura e assassinato. A busca por notícias sobre o paradeiro dos militantes de esquerda se tornou o principal motivo de voz dos parentes dos “desaparecidos”. Ana Rosa Kucinski, que, na realidade, é irmã do autor, Bernardo Kucinski, e seu marido, Wilson Silva, ambos militantes e pertencentes à Ação Libertadora Nacional (ALN), foram sequestrados e assassinados pelos militares em 1974, quando tinham apenas 34 anos.

No romance, a reflexão sobre o “desaparecimento” da personagem deixa entrever a noção de clandestinidade: as ações de resistência da filha e de seu marido, a prática criminosa de repressão dos militares, as pistas que K. tenta encontrar para solucionar o mistério do “sumiço” e até o subtítulo do livro (“relato de uma busca”) parecem compor uma declaração sobre o oculto, sobre um não-dito, que é combatido a todo instante pela narração e pelos esforços incondicionais de um pai aflito.

Observando a força de um discurso que recorta enfaticamente uma ausência, o artigo então reflete sobre os elementos de clandestinidade mencionados, que fazem mover uma necessidade de resistir à ditadura militar para mostrar a tragédia ocorrida. Conforme o recorte proposto, iniciamos o texto com noções de clandestinidade a partir das considerações de Carolina Scarpelli (2009), na dissertação *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. Em seguida, apresentamos a perspectiva de resistência segundo Diorge Konrad (2013), em “A democracia brasileira não foi doada: a resistência na ditadura civil militar brasileira”. Na sequência, trazemos à tona a discussão de Janaína Teles (2010), no artigo “Os familiares de mortos e desaparecidos e

a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil”, a fim de expor a agonia contínua da busca das famílias por seus desaparecidos, situação vista no romance em pauta. Seguimos com a abordagem de Jaime Ginzburg (2010), em “Escritas da tortura”, objetivando relacionar o contexto de produção literária que precede o livro de Kucinski e a importância da manutenção dessa produção como uma constante voz de denúncia sobre a ditadura e suas ações às escondidas. Por fim, mas não menos importante, entretecemos um diálogo com Eurídice Figueiredo (2017), que também realizou uma leitura da obra de Kucinski em “K. de B. Kucinski: Kaddish por uma irmã desaparecida”.

Em seu estudo, Scarpelli (2009) mostra que a temática da clandestinidade ainda é pouco explorada pela literatura, pela história e por áreas afins, pois há um intimidador constrangimento, devido às experiências traumáticas, que inibe a rememoração de ações por parte dos opositores sobreviventes dos regimes ditatoriais, sendo a exposição de suas experiências traumáticas, na fala ou na escrita, um modo ambíguo de liberdade, logo, de condição de vida dessas pessoas; há um desejo de falar sobre, mas também há uma preocupação com as consequências do que se diz (SCARPELLI, 2009, p. 32-41). A pesquisadora explica que a clandestinidade e o agir clandestino recebem conotações negativas ligadas à ideia de subversão”, “ilegalidade” ou “ilegitimidade” dentro de um exercício de poder que se estabelece pela privação de liberdade de ação e de pensamentos contrários a ele (essas conotações negativas sendo atribuídas por esse poder). Ao assumirem a oposição à ditadura, com a necessidade de se esconder e de se manter às ocultas, as relações afetivas e familiares da pessoa clandestina são afetadas por essa negatividade (SCARPELLI, 2009, p. 42-54). Porém, para os próprios ativistas, ser “clandestino” significava ser revolucionário, resistir ou orgulhar-se de enfrentar o poder com armas que não se mostram às claras, além de corresponder à única forma de comportamento possível para que não fossem silenciados pelo Estado de exceção (SCARPELLI, 2009 p. 54-60). Como observa a pesquisadora, acerca dos disfarces necessários à sobrevivência de uma vida clandestina, durante os anos sombrios da ditadura militar brasileira:

A vida clandestina era uma constante encenação, “e talvez o aspecto mais difícil da condição de clandestino, era construir um cenário de normalidade” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 378) num clima de tensão constante. Segundo Almeida e Weis (1998) tornavam-se estudantes, vendedores, casais sem os ser, e por isso tinham que simular os papéis de marido que sai toda manhã para o trabalho, enquanto a mulher fica cuidando da casa, o dia-a-dia do estudante que vai para a escola ou para a faculdade e chega à noite, cansado e cheio de novidades sobre as aulas para contar.

Quando montavam casas, essas possibilitavam a convivência com vizinhos, muitas vezes até recomendada para que se criasse um clima de normalidade [...] (SCARPELLI, 2009, p. 145).

Em *K.: relato de uma busca*, o protagonista se pergunta o motivo do pouco contato com a filha durante todo o tempo de convivência familiar, e como o desaparecimento da personagem alimentou ainda mais sua angústia pela constatação de que, afinal, desconhecia muitos fatos especiais da vida dela, como seu casamento, por exemplo:

[...] Ela até se casara sem ele saber; tinha marido, uma cunhada, sogros. O marido também estava desaparecido. Mais esse susto no colar de tantos espantos, descobrir que outra família também chorava sua ausência, não como filha, como nora, e ele agora também teria que chorar uma segunda desapareição, a do genro [...] (KUCINSKI, 2016, p. 41).

O matrimônio realizado às escondidas, “clandestino”, fez K. também achar que o ato foi uma espécie de subversão: “Casaram-se às escondidas como se fosse um delito, uma obscenidade, ou mais uma conspiração” (KUCINSKI, 2016, p. 43). Mas a conclusão a que chega K. sobre esse episódio da vida da filha se esclarece nos últimos parágrafos do capítulo:

Depois de matutar muito, K. convenceu-se de que a única razão para se casarem formalmente, na situação de risco em que viviam, era para diminuir o próprio risco. Como? Tendo a posse de um documento legítimo de casados. Podiam com isso firmar contratos de aluguel sem levantar suspeitas, registrar-se em hotéis sem levantar suspeitas, refugiar-se em pousadas, em caso de urgência, sem levantar suspeitas. Poderiam, se necessário, tirar passaportes e viajar para o exterior juntos, como marido e mulher, fugir sem levantar suspeitas.

Imaginar que poderiam ter feito isso, mas não o fizeram. Era o que mais doía. (KUCINSKI, 2016, p. 45).

A dor de K. é duplamente sentida: tanto pelo desconhecimento absoluto do enlace matrimonial de sua filha com Wilson, como pelo fato de saber que o casamento em segredo poderia ter salvado a vida do casal, o que infelizmente acaba não acontecendo. Para Ana e Wilson, entretanto, esse foi um ato estratégico para manter a militância e a resistência, usando a festividade de um casamento para se tornarem clandestinos (KUCINSKI, 2016, p. 44) e, com isso, driblar a vigilância do aparelho repressor.

A aproximação entre clandestinidade e resistência no período ditatorial foi sinonímica quando a perseguição aos opositores da ditadura se firmou irrestritamente a partir dos Atos Institucionais (AI). É o que pensa Konrad (2013) em sua comunicação para a “II Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos”, realizada no Rio Grande do Sul. Retomando o fim da escravidão no Brasil para desenvolver a noção de resistência, o autor articula a ideia de que a prática de oposição a qualquer regime político privador de liberdades e de direitos humanos já se configura como uma ação resistente (KONRAD, 2013, p. 366). Particularmente na ditadura militar, a repressão do Estado incitaria as atitudes de oposição, como numa balança em que quanto mais opressão institucional se promove mais grupos de resistência surgem, mesmo que, no segundo caso, apenas uma parcela da população aderisse (KONRAD, 2013, p. 368).

As mudanças de estratégias de abordagem dos militares na coerção às vítimas também motivaram os movimentos destas: se nos primeiros dez anos da ditadura as mortes e os combates eram evidentes, nos anos seguintes do regime repressor as ações, tanto dos militares como dos militantes de esquerda, tiveram sua configuração alterada: passaram a ser comuns os desaparecimentos inexplicados pelos militares e os encontros secretos dos grupos de oposição. O Estado tentava mascarar seus abusos de poder e as práticas de tortura, por exemplo, mas a comunidade internacional já não era mais indiferente a isso (KONRAD, 2013, p. 375-376). A clandestinidade opositora nesse momento já

perdia seu anonimato porque o regime ditatorial estava se enfraquecendo, a despeito de a violência arbitrária dos militares seguir incólume e às escondidas. O papel das famílias dos militantes na busca por respostas sobre o paradeiro dos desaparecidos, nos anos finais da ditadura, auxiliava no impulso de greve de sindicatos, na organização de manifestações e também no reagrupamento de entidades civis, como os estudantes e os operários, no desejo efetivo pelas Diretas Já (KONRAD, 2013, p. 377).

A continuidade da resistência após esse momento é estudada por Janáina de Almeida Teles (2010), em seu artigo “Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil”, inserido na coletânea *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle (2010), ao tratar da situação dos militantes de esquerda e de seus familiares. A autora traça com precisão um aspecto importante decorrente do estado de exceção: a continuidade das lutas de resistência ao regime por meio das buscas por respostas sobre os desaparecimentos de seus entes queridos e, conseqüentemente, por meio da reivindicação de soluções dos crimes cometidos pelo Estado (TELES, 2010, p. 255).

No contexto oposto, entretanto, chama a atenção a instauração de atos clandestinos levados implacavelmente a cabo pelos militares em seu pérfido trabalho de repressão, abafando a voz dos que resistiam: a criação do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) que, em tese, tinha o dever de combater ações terroristas, na verdade encobria a aplicação de poder coercivo sobre a sociedade civil com o uso de tortura e morte de dissidentes políticos (TELES, 2010, p. 256). Uma das principais estratégias do serviço foi o desaparecimento forçado, resultante de sequestros e prisões em segredo para que se difundisse uma cultura do medo, um estímulo à autocensura e ao isolamento, ações secretas que encobriam a realidade da tortura do regime e constituíam uma ameaça a todos (TELES, 2010, p. 257).

Há três capítulos no romance de Kucinski (2016) que se dedicam a narrar a política de desaparecimento durante o período da ditadura: “Sorvedouro de pessoas”, “A cadela” e “A abertura”. O primeiro descreve ainda os passos iniciais de K. em busca do paradeiro da filha. Uma das principais suspeitas aventadas pelo protagonista é justamente a prisão pelo Estado, que se tornava cada vez mais cruel e inatingível por não dar as respostas que K. esperava obter. Como se estivesse andando em círculos, K. imagina o sistema semelhante a um buraco negro, um redemoinho que engole as pessoas sem deixar rastro, como sugere a própria imagem condensada no título do capítulo: “Sorvedouro de pessoas”. Numa reunião, junto com outros familiares de desaparecidos políticos, K. percebe que a clandestinidade das ações do Estado se tornou rotineira para todos os estratos civis. Indiscriminadamente as pessoas desapareciam e deixavam apenas uma angústia profunda nos que sobravam (KUCINSKI, 2016, p. 16-25).

O segundo capítulo, “A cadela”, mostra, sem rodeios, o *modus operandi* dos militares em sua prática de sequestro, de fazer “desaparecer”:

[...] pegamos os dois no beco, de surpresa; uma sorte, aquela saída lateral do parque, meio escondida, quando os dois se deram conta, já estavam dentro do carro e de saco na cabeça, só a cadela latiu, mas já era tarde [...] (KUCINSKI, 2016, p. 60).

O desconforto diante da reação manifestada pela cadela Baleia, que pertencia ao casal Ana e Wilson e que parecia protestar ao assistir impotente ao sequestro de seus donos, leva o agente a serviço dos militares a sugerir a seu superior que estendesse a aplicabilidade da violência também ao animal. Entretanto, diante da surpreendente repreensão recebida e da condenação à violência arbitrária, o agente tece considerações que recortam a natureza seletiva dos atos bárbaros cometidos pelo Estado:

[...] o pior foi ontem quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de covarde, que quem maltrata cachorro é desumano e covarde; quase falei pra ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê? Ainda

bem que não falei. Não sei onde estava com a cabeça [...] (KUCINSKI, 2016, p. 62).

Nessa passagem, ao flagrar uma ingente contradição nos atos de seu superior imediato, o agente manifesta-se por meio apenas de elucubrações, que avaliam e põem na berlinda a aplicação da violência estatal. A consciência da arbitrariedade dos atos criminosos cometidos contra militantes de esquerda emerge, todavia, como uma espécie de “pensamento clandestino”, pois o agente sabe que não pode questionar as ordens recebidas, muito menos discordar de seus superiores acerca dos métodos de combate aos opositores ao regime.

No terceiro capítulo, “A abertura”, o controle do Estado sobre os familiares e amigos dos “desaparecidos” políticos em busca de informações vem à tona. Kucinski mostra aí como esse controle se exercia por intermédio da disseminação de notícias falsas sobre o paradeiro dos militantes sequestrados, torturados e mortos. O objetivo era justamente despistar as famílias e os amigos, evitando que tivessem conhecimento da verdade sobre o ocorrido, ou seja, que descobrissem os assassinatos brutais de que foram vítimas seus entes queridos. O capítulo é narrado na voz de Sérgio Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, que atuou na Casa da Morte (lugar de tortura e esquartejamento de corpos dos sequestrados políticos durante a ditadura militar). Assim como o capítulo anterior, trata-se aqui também de um monólogo em que, apesar de ser possível saber os nomes dos interlocutores, não se obtém a resposta ou a fala deles. Esse recurso cria uma tensão na narrativa, provocando o leitor, que acaba por ficar preocupado com K., imaginando se ele será ou não derrotado pelos planos macabros do delegado, tornando-se mais uma vítima do sistema. A ideia inicial de Fleury era “matar um desses velhos só pros outros pararem de encher o saco” (KUCINSKI, 2016, p. 72). No entanto, os contatos de K. no exterior o ajudam a burlar o esquema, salvando-o da presa do militar. O capítulo mostra, enfim, a guerra psicológica tramada pelos comandantes e seus subordinados para impedir que a barbárie por eles perpetrada fosse, afinal, descoberta e denunciada: “É isso,

Mineirinho, vamos espalhar boatos de onde os corpos estão. Um boato atrás do outro. A gente solta um, dá um tempo, tipo um mês ou dois, depois solta outro. Vamos matar esses caras de canseira” (KUCINSKI, 2016, p. 75).

Para Teles (2010), circunscrita à prática do desaparecimento (da qual é vítima o protagonista do romance), a morte pressentida pelos familiares daqueles que não sobreviveram também se tornou clandestina e, ao mesmo tempo, orientou o primeiro passo de manifestação da resistência contra as práticas ditatoriais. A ausência do corpo, impedindo o ritual de sepultamento e pondo em suspensão o luto, foi um fator preponderante no processo de negação da perda. Mas foi também, para as vítimas dos militares, a negação do direito à morte, a um digno sepultamento. Logo, a busca pela vítima e, em casos extremos, em que a esperança já não mais se sustentava, a reivindicação da atestação da morte, ainda eram esforços imperativos:

Os familiares começaram a se organizar, em 1974, em torno dos casos de desaparecidos políticos. A inexistência de um corpo ou de uma notícia a respeito da morte aumentava o desespero dos familiares, tornando impossível o esquecimento. O silêncio introduzido pelo terror do *desaparecimento* cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e de informações. “A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte. A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura” (CATELA, 2001, p. 150). Mata-se a morte, faz-se “[...] reinar a morte da morte, infectando com isso a vida, que perde assim todo sentido outro que a força pura” (RABANT, 2000; NESTROVSKI e SELIGMAN-SILVA, 2000, p. 93). Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada, informando que nem a morte pertence ao desaparecido e que ele não pertenceria a ninguém (LAFER, 2001, p. 111).

A vivência do desaparecimento assume uma dimensão tal que apaga tudo o que ocorreu antes e tudo o que aconteceu depois. Isso implica um “perfuramento” do próprio campo (geográfico, simbólico e semântico) da morte: esta, devido à sua onipresença, deixa de ocupar o seu papel na organização simbólica; ela não orienta mais a distinção entre o aqui e o além. Desse modo, não emergem representações de um corte, de um antes e um depois (CATELA, 2001, p. 148-149) (TELES, 2010, p. 269).

O trauma causado por essas ações e principalmente pela tortura clandestina na ditadura militar não calou as vozes de revolta e de luta das vítimas, tanto na

tentativa de superação da ausência tornada definitiva, quanto na busca por respostas sobre o destino dos que jamais retornaram. Mesmo assim, o convívio histórico da sociedade brasileira com esse método de violência naturalizou a barbárie e a fez ser vista às claras por todos. É o que discute Jaime Ginzburg (2010), em “Escritas da tortura”, outro texto pertencente à coletânea de Teles e Safatle (2010). Com base nas reflexões de Renato Janine Ribeiro, Ginzburg explica que a herança da exploração colonial e a crueldade escravocrata legaram às elites contemporâneas de regimes ditatoriais a não preocupação com o uso da violência para exterminar opositores (GINZBURG, 2010, p. 136). Contribuiu e ainda contribui para essa naturalização da barbárie o fato de o Estado brasileiro não ter assumido a autoria dos crimes que cometeu, nem naquela época de repressão institucionalizada, nem hoje, mediante todas as provas e após o trabalho incansável da Comissão Nacional da Verdade, que foi implementada pelo governo da presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, para investigar violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil durante o interstício de 1946 a 1988. Ginzburg (2010, p. 137), apoiando-se no livro *Escritos indignados*, de Paulo Sérgio Pinheiro, observa que após o processo de redemocratização na década de 1980 ainda foi possível sentir um lastro de brutalidade que promoveu torturas e mortes, agora não mais com o apoio e fomento dos militares, mas com esforços de civis que redundaram/redundam na “permanência da violência a serviço do Estado como realidade cotidiana no Brasil” (GINZBURG, 2010, p. 137), a despeito de o país ser favorável, ao menos em princípio, à defesa dos direitos humanos, como, convém lembrar, está posto na Constituição de 1988. O pesquisador ainda argumenta que a estratégia maior desse regime, e nos da América Latina, engloba um empenho geral em prol de uma ideologia de vigilância intensa:

[...] O regime autoritário problematiza a formação da memória social. Diferentemente das lideranças autoritárias arcaicas, em que um homem conduzia de modo extremo seu povo para o confronto de guerra com inimigos por razões arrogantes, a estratégia dos autoritarismos latino-americanos do século XX, de modo geral, tem sido utilizar a ideologia da “segurança nacional”, tornando a figura do inimigo não necessariamente um dado externo à realidade do país, mas sobretudo interno. *O que mais preocupa, nessa orientação ideológica, não é a violência do país vizinho, mas a violência potencial*

do subversivo clandestino que mora na casa ao lado. Os regimes ditatoriais da América Latina, em várias situações, reforçaram a ideia de que a guerra ocorre no interior do espaço social, e que todos devem estar em alerta. Essa paranoia de fundamentos totalitários subverte, para a perspectiva psicanalítica, as condições necessárias para o empreendimento da civilização (GINZBURG, 2010, p. 142-143, grifos nossos).

Se a busca descontrolada por segurança é consequência da afirmação do autoritarismo, então toda resistência nessa circunstância se faz clandestinamente, pois há poucas chances de se explicitar uma fala, um discurso ou um relato de oposição. Ginzburg percebe essa condição alienante e esclarece que o mecanismo produtor dessa prática é “a degradação da memória social”: “A tensão entre linguagem e silêncio, entre o que falar e o que calar, é uma de suas marcas. O cultivo do fascínio pelo horror e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro também interessam” (2010, p. 143).

Obras literárias como *K. relato de uma busca*, de Kucinski, fazem a lembrança dessa violência institucionalizada não se apagar, contribuindo para a manutenção da memória da barbárie. Podemos assim considerar que a trajetória de *K.* se expande para além de um desaparecimento. Ela é uma amostra de destruição da vida em termos de um conjunto de ações que impede a resolução do problema e encoberta um extermínio sem direito a luto.

Especificamente sobre os processos de resistência e clandestinidade, e tendo o relato ficcional como exemplo, é possível reconhecer que as ações do Estado convergem para abafar e ocultar práticas criminosas dos agentes de controle em seu intuito de liquidar aos poucos a parcela “subversiva” da sociedade civil, com a imposição do medo, da vigília desconfiada e de um certo “sussurro” social sobre um inimigo invisível. Em contrapartida, as ações dos opositores funcionam como instinto de sobrevivência, um enorme esforço para manter um mínimo de valor democrático, de justiça ou de procura de solução para alguma questão social que não precise passar pelas mãos de uma ditadura militar.

Em consonância com a leitura do romance de Kucinski (2016) feita por Eurídice Figueiredo (2017), em seu texto “*K. de B. Kucinski: Kaddish por uma irmã*”

desaparecida”, podemos finalizar resgatando a imagem de K. construída na obra: o trânsito da ficção com a realidade, promovendo a permeabilidade entre essas instâncias, torna metonímico não só o processo de desgaste físico e mental pelo qual o pai de Bernardo Kucinski (Meir Kucinski) passou, ao se empenhar em obter notícias sobre o paradeiro da filha “desaparecida”, mas também o próprio aspecto solitário do protagonista no relato de uma busca incansável, infinda, narrada por meio da autoficção. A pesquisadora compreende que a memória ficcional construída a partir da ausência é a incisão de uma voz resistente na luta, tanto pela reparação da culpa interna vivida pelos parentes das vítimas que precisam suportar um luto negado, como pela reivindicação da verdade sobre o assassinato de Ana e de seu marido, com a consequente responsabilização dos autores por seus atos bárbaros praticados. Enquanto o Estado se recusa a assumir a autoria de seus crimes, e enquanto o paradeiro dos corpos com a localização precisa dos restos mortais não for informado, a violência persistirá, aniquilando os vivos e seu legítimo direito de sepultar seus entes queridos:

A questão do corpo é relevante no caso dos desaparecidos porque os familiares não conseguem elaborar o luto através da ritualização da morte. O sumiço do corpo representa um grande desrespeito, pois é próprio da morte humana a cerimônia do enterro e da cremação; não devolver o corpo aos familiares é tratar a pessoa como um animal (FIGUEIREDO, 2017, p. 135).

Se o pai não conseguiu fazer nenhum ritual para a filha, o livro K. pode ser interpretado como uma *kaddish* para a irmã morta, uma oração fúnebre que ajuda a fazer a passagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos (FIGUEIREDO, 2017, p. 138).

A contundente narrativa da terrível experiência vivenciada por quem sofreu e ainda sofre as consequências da ditadura militar confere ao romance, por fim, não um sentimento clandestino de derrota que vem à tona em forma de relato, como um grito retido na garganta que se liberta, mas imprime à obra uma potência metonímica que a converte em um explícito e incondicional esforço de construção de esperança e de resistência, em nome de todos os sequestrados e torturados, dos que sobreviveram e dos que foram para sempre silenciados. “Contai”, como diz Drummond, para que esse horror jamais se repita.

Referências:

ANDRADE, C. D. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, E. K. de B. Kucinski: Kaddish por uma irmã desaparecida. In: _____. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017. p. 125-143.

GINZBURG, J. Escritas da tortura. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 133-149. Disponível em: <http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/o-que-resta-da-ditadura1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

KONRAD, D. A. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na ditadura civil militar brasileira. In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURA E DIREITOS HUMANOS: HÁ 40 ANOS DOS GOLPES NO CHILE E NO URUGUAI, 2, 2013, *Anais...* Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, [2013]. p. 365-378. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

KUCINSKI, B. K.: *relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCARPELLI, C. D. B. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss252.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

TELES, J. A. Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 253-298. Disponível em: <http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/o-que-resta-da-ditadura1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

Recebido em: 24 de julho de 2018.
Aprovado em: 17 de outubro de 2018.